

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS: uma prática urgente e necessária

Marlen Cristina Mendes Leandro¹
Volmir José Brutscher²

Resumo: Com objetivo de refletir sobre a educação para relações étnico-raciais, enquanto possibilidade para a construção de práticas antirracistas no ambiente escolar, o presente estudo orientou-se pela metodologia da análise documental, da revisão bibliográfica, além das repostas do questionário online aplicado e, principalmente, da análise dos encontros reflexivos. Estes encontros foram vivenciados de forma online durante o período de formação continuada dos(as) professores(as). A metodologia do encontro reflexivo consiste em uma prática psicoeducativa, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Práticas Educativas e Atenção Psicoeducacional à Família, Escola e Comunidade (ECOFAM), do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Educação da PUC/SP - Brasil. Utilizando o diálogo e a reflexão como ferramentas para debater sobre os temas da realidade dos(as) participantes, os encontros reflexivos foram imprescindíveis para se pensar e problematizar as práticas pedagógicas dos(as) educadores(as) de História e Geografia da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) da Rede Municipal de Ensino do Recife. Os resultados indicam que a vivência de práticas que fomentem uma educação antirracista, libertadora e crítica, é possível quando se compreende que a descolonização dos currículos e a desconstrução de estereótipos é o caminho para se esperar práticas que acolham e sejam significativas para o público da Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Palavras-chave: Educação de Jovens, Adultos e Idosos; Educação para as Relações Étnico-Raciais; Encontros Reflexivos; Prática Pedagógica Antirracista; Lei 10.639/2003.

EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN EDUCATION FOR YOUNG PEOPLE, ADULTS AND THE ELDERLY: an urgent and necessary practice

Abstract: With the aim of reflecting on education for ethnic-racial relations, as a possibility for the construction of anti-racist practices in the school environment, this study was guided by the methodology of document analysis, bibliographic review, in addition to the answers to the online questionnaire applied and, mainly, from the analysis of reflective meetings. These meetings were experienced online during the teachers' continuing training period. The reflective meeting methodology consists of a psychoeducational practice, developed by the Research Group on Educational Practices and Psychoeducational Care for the Family, School and Community (ECOFAM), of the Postgraduate Program in Educational Psychology at PUC/SP - Brazil. Using dialogue and reflection as tools to debate the topics of the participants' reality, the reflective meetings were essential to think about and

¹ Mestrado em Educação pela Universidade de Pernambuco (UPE). Especialista em Educação para as Relações Étnico-Racial no ambiente escolar pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Graduada em História pela Universidade de Pernambuco. Professora efetiva da Rede Municipal de Ensino de Recife. Técnica Pedagógica atuando no Grupo de Trabalho para as Relações Étnico-Racial/GTERÊ. Email: marlen.cristina@upe.br

² Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Educação pela Universidade de Passo Fundo. Possui graduação em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia Berthier e Universidade de Passo Fundo. Licenciatura em Pedagogia. Professor da Universidade de Pernambuco (UPE). Docente e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UPE), com ênfase em Educação Popular e Movimentos Sociais. É coordenador do Núcleo Extensionista Educação, Trabalho e Movimentos Sociais. É membro do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (Extelar); e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Educacionais, Sujeitos, Docência e Currículo (POESDOC). Email: volmir.brutscher@upe.br

problematize the pedagogical practices of History and Geography educators in Youth Education, Adults and Elderly (EJAI) of the Recife Municipal Education Network. The results indicate that the experience of practices that promote an anti-racist, liberating and critical education is possible when it is understood that the decolonization of curricula and the deconstruction of stereotypes is the way to hope for practices that welcome and are meaningful to the Education public of Young People, Adults and Elderly.

Keywords: Education of Young People, Adults and Elderly; Education for Ethnic-Racial Relations; Reflective Meetings; Anti-Racist Pedagogical Practice; Law 10.639/2003.

EDUCACIÓN PARA LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES, ADULTOS Y ANCIANOS: una práctica urgente y necesaria.

Resumen: Con el objetivo de reflexionar acerca de la educación para relaciones étnico-raciales, como posibilidad para la construcción de prácticas antirracistas en el ambiente de enseñanza, la presente investigación se orientó por la metodología de análisis documental, de revisión bibliográfica, además de las respuestas del cuestionario en línea aplicado y, principalmente, de análisis de los encuentros reflexivos. Estos encuentros fueron vivenciados de manera en línea durante el periodo de formación continuada de los(as) maestros(as). La metodología del encuentro reflexivo consistió en una práctica psicoeducativa, desarrollada por el Grupo de Investigación en Prácticas Educativas y Atención Psicoeducacional a la Familia, Escuela y Comunidad (ECOFAM), del Programa de Posgrado en Psicología de la Educación de PUC/SP - Brasil. Utilizando el diálogo y la reflexión como herramientas para debatir acerca de los temas de la realidad de los(as) participantes, los encuentros reflexivos fueron imprescindibles para que si pensara y problematizara las prácticas pedagógicas de los(as) educadores(as) de Historia y Geografía de la Educación de Jóvenes, Adultos y Ancianos (en portugués, EJAI) de la Red Municipal de Enseñanza de Recife. Los resultados indican que la vivencia de prácticas que fomenten una educación antirracista, libertadora y crítica, es posible cuando se comprende que la descolonización de los currículos y la desconstrucción de estereotipos es el camino para llevar esperanzas a prácticas que acogen y son significativas para el público de la Educación de Jóvenes, Adultos y Ancianos.

Palabras-clave: Educación de Jóvenes, Adultos y Ancianos; Educación para las Relaciones Etnicoraciales; Encuentros Reflexivos; Práctica Pedagógica Antirracista; Ley 10.639/2003.

Introdução

A necessidade de levar a Educação para as Relações Étnico-Raciais para dentro do ambiente escolar não é uma demanda recente nem uma prática sem fundamento. A luta por uma educação inclusiva que abarca as diversidades presentes na sociedade brasileira remonta uma luta antiga do Movimento Negro e de pesquisadores e pesquisadoras negros(as). É necessário que as práticas pedagógicas sejam ressignificadas para que os preconceitos sejam abolidos e a mudança de atitudes se torne uma constante dentro do ambiente escolar (Silva, 2010).

O ponto de partida deste artigo percorre o histórico das lutas travadas para que a Lei 10.639/03 fosse implementada. Uma lei que trata da obrigatoriedade do estudo da História Africana e Afro-Brasileira, além das referências teóricas e metodológicas que pautam a

construção de argumentos e reflexões que buscam, como destaca Pinheiro (2023), problematizar a “colonialidade do saber”, ou seja, ressignificar a prática pedagógica para que os currículos e práticas estruturadas a partir da perspectiva eurocêntrica sejam descolonizadas, as referências da branquitude presentes nos livros didáticos possam coexistir com o “pretuguês” da Lélia Gonzalez (1983), com a “pedagogia engajada” da Bell Hooks (2013) e principalmente com a racialidade crítica que deve ser pauta das salas de aula.

Propor reflexões e discutir a partir do cotidiano escolar, das histórias de vida dos(as) estudantes, é um caminho para se recuperar muitas histórias apagadas dos livros e dos currículos durante décadas. Esse silenciamento e apagamento devem ser combatidos. Em um país multicultural e pluriétnico, como no Brasil, ainda se faz de conta que o racismo e a discriminação não existem, guardam seus preconceitos e deixam aflorar de forma velada, diariamente, atitudes que podem ser percebidas, vivenciadas, sentidas pelos(as) estudantes que ainda nas aulas costumeiras da EJA escutam que são descendentes de escravos (Freitas, 2023; Silva, 2017). Assim sendo, é necessário e urgente este debate, porém é preciso a compreensão para uma reeducação das relações étnico-raciais a partir do envolvimento da comunidade escolar. Essa discussão não é só do(a) professor(a) na sala de aula, é um debate que deve envolver gestão, coordenação, funcionários(as).

Para pensar a educação para as relações étnico-raciais, partindo dos(as) estudantes como protagonistas de seu processo de ensino aprendizagem, as ideias aqui defendidas partem do entendimento da urgência e necessidade de se colocar os holofotes na proposta que “assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional” (Brasil, 2005, p. 11). Portanto, romper, furar a bolha e promover uma educação afrocentrada é possibilitar para jovens, adultos e idosos o contato com suas raízes, memórias que devem estar presentes dentro e fora do ambiente escolar.

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos apresenta uma diversidade de raça e gênero, especificidades nem sempre respeitadas, vistas ou vividas. “É no cotidiano das práticas de EJA que as diversidades cultural, etária, racial e de gênero se expressam” (Silva, 2017, p. 05). Dessa maneira, um olhar diferenciado, acolhedor e disposto a desafiar e quebrar paradigmas eurocêntricos deve ser a base para uma educação na EJA. É urgente que esta educação não seja

palco de promessas de uma educação de qualidade, mas seja efetivamente um espaço de qualidade para educandos e educandas.

Quais caminhos a serem construídos? É uma pergunta que remete às palavras do pesquisador Natalino Neves da Silva (2010), em seu livro *Juventude Negra na EJA: o direito à diferença*, no qual o autor destaca que a Educação de Jovens, Adultos e Idosos deve ser vista como direito e não como compensação, pois uma educação compensatória não coloca em debate a diversidade presente na EJA. A ideia de uma proposta educacional para compensar o tempo perdido é legitimar um fazer pedagógico que exclui aqueles(as) que voltam para a sala de aula não em busca do tempo perdido, mas em busca de uma educação que atente para a construção de um aprendizado libertador (Silva, 2010; Freire, 2009).

As bases teóricas de intelectuais como Paulo Freire, Nilma Lino Gomes, Rosa Margarida Rocha, Janaina Cavalcante e Natalino Silva foram importantes para encruzeirar ideias e reflexões sobre uma educação antirracista na educação de jovens, adultos e idosos. Composto assim os pontos abordados neste artigo.

O artigo está estruturado em três pontos, o primeiro faz uma discussão sobre quais caminhos a serem construídos pela EJA e a EJA em uma perspectiva emancipatória. O segundo ponto a ser tratado coloca em debate o diálogo entre a EJA e a EJA dentro do contexto do esperar propostas pedagógicas para uma educação antirracista. No terceiro ponto a discussão é sobre o fortalecimento das práticas a partir da pedagogia multirracial, rompendo as amarras e levando para EJA o debate antirracista.

Educação para as Relações Étnico-Raciais na EJA: Quais caminhos a serem construídos?

Quando a discussão é em torno da Educação para as Relações Étnico-Raciais na EJA, é bom lembrar o “saber de experiência feito”, destacado por Freire (2009), ou seja, dar a devida importância para os saberes dos(as) estudantes acumulados ao longo de suas vidas, estes saberes devem ser celebrados e compor o processo pedagógico de forma que o(a) estudante se sinta representado(a) e encontre significado no que está aprendendo, sentindo que esse momento de novas descobertas vai contribuir com sua vida.

Muitos são os caminhos a serem construídos, sabe-se que as desigualdades sociais fazem parte do sistema escolar brasileiro. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE) mostram que 3,4% das pessoas com 15 anos ou mais de idade de cor branca eram analfabetas, enquanto entre as pessoas da mesma faixa etária de cor preta ou parda o percentual era de 7,4% (IBGE, 2022). Portanto, as desigualdades se revelam em números, em poucas políticas públicas voltadas para esta modalidade de ensino, se revelam, também, quando se direciona o olhar para a sala de aula.

Natalino Neves da Silva (2020, p.01) afirma que a “EJA é uma modalidade de ensino negra”. Portanto, essa negritude precisa ser vista nas propostas pedagógicas direcionadas para esse público que representa, de acordo com dados do Censo Escolar de 2022, 77,5% dos matriculados na Educação de Jovens, Adultos e Idosos do Ensino Fundamental, enquanto 20,2% são brancos.

Ao pensar nas práticas pedagógicas voltadas para esse público, escola e educadores(as) devem analisar os números, colocar esses dados em suas propostas pedagógicas, acolher a diversidade e dar visibilidade aos discursos que colocam a Educação para as Relações Étnico-Raciais como princípio para efetivar ações pedagógicas antirracistas no ambiente escolar.

Como parte da metodologia desta pesquisa foi aplicado um questionário (*Google forms*) respondido por 15 professores(as) de geografia e história da EJAI que atuam na Rede Municipal de Ensino do Recife. Algumas respostas revelam o perfil desses(as) docentes: 40% afirmaram atuar na EJAI há mais de 10 anos. Partindo deste percentual é fato que a experiência na EJAI desses profissionais é significativa e tem que ser valorizada, porém, de acordo com outras respostas, ficou evidente que ainda é necessário avançar em alguns aspectos, como na formação específica desses profissionais para atuarem na EJAI. Mesmo com formação continuada nesta modalidade, 93,3%, percentual das 15 respostas ao questionário, afirmaram que não possuem formação inicial na área da Educação de Jovens, Adultos e Idosos nem fizeram cursos de pós-graduação “*lato sensu*” ou “*stricto sensu*” voltados para esta modalidade de ensino.

Conforme o Censo Educacional de 2021, apenas 1% dos(as) professores(as) brasileiros(as) possui formação de 80 horas em Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). Portanto, é urgente e necessário que a Educação para as Relações Étnico-Raciais não seja uma ação pontual, é preciso que se estabeleçam metas, que se cumpra com uma agenda étnico-racial para que a Educação no Brasil seja de fato uma educação voltada para o respeito às diferenças.

A formação dos(as) professores(as) que estão na EJAI deve ser pautada na implementação de uma prática em que o modelo seja o pedagógico-didático. Como afirma Saviani (2009), essa formação trabalha com o preparo desse(a) professor(a), contrapondo-se a uma formação estática, teórica cujo fazer pedagógico desse(a) professor(a), com base em suas histórias e vivências, permanece fora da sala de aula.

A formação pedagógico-didática virá em decorrência do domínio dos conteúdos do conhecimento logicamente organizado, sendo adquirida na própria prática docente ou mediante mecanismos do tipo treinamento em serviço (Saviani, 2009, p. 149).

Pensar atualmente em “treinamento em serviço” é refletir sobre um debate que faz parte da realidade da EJAI a formação desses(as) educadores(as) sempre à margem das políticas públicas. Os investimentos ainda são poucos, e quando existem não são direcionados para combater as desigualdades e fortalecer essa modalidade de ensino (André; Andrade, 2022).

De acordo com José Marcelino de Rezende Pinto (2021), em seu artigo “As Esperanças Perdidas da Educação de Jovens e Adultos com o FUNDEB”, nos últimos anos os recursos federais destinados para a EJAI saem de um patamar de R\$ 1,8 bilhões, empenhados em 2012, para míseros R\$ 8 milhões, em 2020, queda de 95,56%”. Estes números refletem o descaso destinado a EJAI nos últimos anos: turmas sendo fechadas e falta de investimento refletindo diretamente naqueles(as) que voltam às escolas a procura de um lugar para aprender.

Conforme o censo escolar de 2022, as matrículas na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) diminuíram 21,8% entre 2018 e 2022, chegando a 2,8 milhões em 2022. Com base nos números aqui apresentados, pode-se afirmar que há urgência na implantação de Políticas Públicas Educacionais voltadas para EJAI com foco na continuidade e não as resoluções baseadas no imediatismo (Pinto, 2021).

A definição curricular da escola para jovens e adultos deve valorizar conhecimentos adquiridos durante a vida, além de propiciar um envolvimento da teoria a ser estudada com a prática e vivência tão farta nessa faixa etária. Refletir sobre o mundo que o cerca, crenças, costumes, relacionando teoria e prática, desvelando relação de poder existentes (Vasconcelos, 2004, p. 23).

O que importa nessa modalidade de ensino é o ensinar com significado, é compreender a diversidade presente na sala de aula da EJAI, acolher de forma afetuosa e mostrar que a escola

é um espaço plural e que deve ser acolhedor, é um dos caminhos a serem seguidos pelo(a) educador(a) da EJAI. A práxis pedagógica dessa modalidade de ensino é composta por um emaranhado de fios, que necessitam ser desenrolados na medida que o(a) professor(a) vai conquistando seu espaço e fortalecendo a sua relação com o(a) estudante. Estar conectado para uma educação libertadora é uma urgência não só do século XXI, mas uma necessidade de todos os tempos (André; Andrade, 2022).

A urgência para as discussões étnico-raciais na sala de aula da EJAI se faz a partir dos dados trazidos pelo Censo Escolar (2022), quando apresenta o percentual de 77,5% de estudantes negros matriculados na EJAI, refletindo que não é recente a presença desse público majoritariamente negro nas turmas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos. No entanto, as razões dessa permanência é que se torna mais preocupante ainda, pois revelam a essência do racismo, permeando o cotidiano escolar, fruto da realidade histórica de um país que se formou sobre um sistema escravista, colonialista, que ainda hoje é visível em currículos eurocentrados das escolas (Rocha, 2018).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2005) é um documento que propõe como um dos seus princípios o fortalecimento de identidades e direitos. Dentro deste contexto é fato que os questionamentos e a desconstrução precisam ser parte integrante da prática pedagógica de professoras e professores da EJAI, pois a ideologia do branqueamento ainda persiste nos materiais pedagógicos destinados a esta modalidade de ensino. É um direito de aprendizagem dos(as) estudantes o contato com a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para valorizar suas raízes culturais (Rocha, 2018; Gomes, 2011; Silva, 2011). A sala de aula deve ser um espaço plural, as discussões precisam ultrapassar as narrativas dominantes e racistas, que colocam as discussões étnico-raciais em segundo plano.

Em relação às respostas analisadas do questionário *online*, destaca-se a resposta dos(as) participantes, quando questionados(as) sobre o fortalecimento e implementação de uma educação antirracista na EJAI, em que 93,3%, dentro do universo de 15 respostas, concordaram com a seguinte afirmação:

Contemplar o aprendizado dessas questões, não como uma matéria à parte, mas como conhecimento que perpassa os conteúdos programáticos dos livros

didáticos que, ainda, continuam a perpetuar uma história eurocêntrica (Google Forms, 2023).

Romper com discursos que naturalizam preconceitos é fundamental e um caminho a ser construído e fortalecido. Ainda é comum falas como “tempo certo para aprender” ou “tempo perdido”, quando se referem às pessoas que voltaram à escola na fase adulta. A ausência de um trabalho que reconheça a diversidade da sala de aula da EJAI é reflexo de um currículo que continua a silenciar as histórias, é uma estratégia para oprimir e manter o apagamento histórico que ainda persiste em ser naturalizado dentro das escolas e não ser visto como racismo. O *status quo* do racismo, dentro da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, é cristalizado com a falta de um olhar diferenciado para essa modalidade de ensino que caminha a passos lentos (Feitosa, 2012).

Construir uma prática na qual a experiência existencial dos(as) estudantes seja parte propulsora de uma narração conectada com a realidade, com o mundo que está em volta, é mais um caminho a ser seguido. Conteúdos e práticas que dialoguem com um fazer pedagógico libertador e não com a verbosidade alienada e alienante (Freire, 2009). Ou seja, uma prática que leve para a sala de aula ações educativas de combate ao racismo e a discriminação, pautadas no rompimento de imagens negativas e forjadas durante séculos em torno de um discurso alienado, eurocêntrico que distorceu a história e negou a diversidade da sociedade brasileira (Brasil, 2005).

Os educadores deverão acolher essas africanidades no ambiente escolar, entrando pela porta da frente, via currículo. Elas deverão ser contempladas de forma objetiva, teórica e prática nos projetos políticos pedagógicos e nos planos de ensino, como também confirmadas por meio das práticas e rituais pedagógicos diários. Nesse contexto, a educação brasileira precisa então encontrar o caminho para assumir, com eficiência, esse papel que lhe cabe (Rocha, 2018, p. 03).

Consequentemente, o repensar das práticas pedagógicas leva educadores e educadoras a transformar o ambiente escolar em um espaço que acolhe as diversidades. Mesmo que de forma tímida e a passos lentos, é possível na Rede Municipal de Ensino do Recife, por exemplo, encontrar professores(as) que acreditam que a ERER é o caminho para contemplar uma educação inclusiva. Uma das perguntas feitas ao grupo de professores(as) foi: O que você

professor(a) destacaria como importante para o fortalecimento e implementação de uma educação antirracista na EJA? Das 15 respostas que obtivemos, se destacou a afirmação em torno da necessidade de acesso aos materiais didáticos que tratem das questões étnico-raciais, 73,3% dessas respostas colocam como prioridade a diversidade do material didático.

Debates, explanação e sugestão de atividades didáticas, como pesquisas escolares sobre aspectos do racismo e o do antirracismo no Brasil e no mundo; aspectos biográficos e da obra de pessoas negras de grande relevância nos campos da cultura, da política e das ciências (Google Forms, 2023).

Portanto, uma educação que priorize a diversidade é parte do princípio do investimento na curiosidade, uma curiosidade que fomenta nos(as) estudantes o conhecimento que começa pela pergunta (Freire; Faundez, 2002). Quando o(a) estudante da EJA coloca suas perguntas em sala de aula consegue-se criar, construir caminhos que libertam, que rompem as amarras e promovem o que professores e professoras querem para suas salas de aula, uma pedagogia que dialogue com a realidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, resolução CNE/CEB n.º 1/2000, coloca a EJA como uma modalidade da Educação Básica e como direito do cidadão, ressignificando a ideia de compensação do tempo perdido e assumindo uma postura na qual a reparação, equidade e qualificação representam o público da EJA. A Educação para as Relações Étnico-Raciais colaboram para que este avanço seja consolidado a partir do momento que colocam à disposição dos(as) educadores(as) um repertório em que as africanidades brasileiras como afirma Rosa Margarida de Carvalho Rocha (2018, p. 04) “podem nos oferecer suportes inspiradores para novos aprendizados”, novos no sentido de que podem materializar o cotidiano destes estudantes negros e negras, marcando uma educação na qual a equidade racial se faça presente.

Os(as) professores(as) da EJA: Esperançando caminhos a partir do diálogo com Educação para as Relações Étnico-Raciais

O diálogo entre a EJA e a ERER é um caminho construído a partir do esperar, caminho que Paulo Freire coloca como resistência, uma resistência construída com um olhar para aquele(a) estudante que chega à escola em busca de um ponto de partida para esperar

novos caminhos, a busca pelo conhecimento, não o conhecimento alienante, mas o libertador (Freire, 2009).

O desmonte da Educação de Jovens, Adultos e Idosos nos últimos anos, é uma realidade. Em relação a esta modalidade de ensino vem se propagando de maneira violenta um descaso que contribuiu para que os avanços conquistados durante uma longa história de lutas fossem se perdendo nos últimos anos. Ana Lúcia Sarmiento Henrique (2023), em entrevista a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), destaca que nos últimos anos a EJAI sofre com desfinanciamento, falta de políticas, e com a falta de ações que atendam as especialidades do público da EJAI, outro grave problema é o fechamento de escolas em todo o país.

Historicamente o público da EJAI enfrenta alguns desafios no campo político-pedagógico, desafios estes que estão relacionados a “visão hierárquica entre educador-educandos, fragmentação de conhecimentos, perda de sentidos, descontextualização das realidades nas quais as pessoas estão inseridas” (Carreira, 2014, p. 13). Ou seja, uma educação que ainda infantiliza o jovem, adulto e idoso. Uma concepção de educação presente na maioria das escolas brasileiras, a Educação de Jovens, Adultos e Idosos é vista como um estorvo, ou complemento de carga horária para outros. Não reconhecer o público da EJAI como pessoas que possuem trajetórias, conhecimentos, necessidades e desejos ainda é um desafio a ser enfrentado (Carreira, 2014).

Natalino Silva (2017, p. 04) afirma que: “Juventude e vida adulta na EJA apresentam especificidades e são marcadas pela diversidade”. Portanto, o diálogo entre a EJAI e a EREER atende aos anseios de uma proposta pedagógica que precisa equilibrar o currículo, o formato de oferta e a formação continuada dos profissionais atuantes na modalidade. Pois desta maneira o avanço será palpável. O avanço que educadores e educadoras querem para EJAI consiste em repensar práticas e concepções, pactuar uma proposta que coloque princípios, diretrizes e orientações que contemplem a diversidade gritante na EJAI.

Dentro deste contexto, é necessário relacionar o currículo com as temáticas específicas das Relações Étnico-Raciais, dialogar com o Projeto Político-Pedagógico, tendo como ponto de partida o que Freire e Faundez (2002) denominaram de níveis de alcance de aspiração, sonhos, compreensão da realidade, ou seja, formas de lutar por uma educação que represente

aqueles e aquelas que estão nas escolas em busca de concretizar seus sonhos.

Ao pensar sobre a prática dos(as) professores(as), busca-se compreender como a sala de aula, de uma turma de EJAI, trabalha as questões raciais, de que maneira o diálogo é realizado em um ambiente no qual a diversidade se faz presente, nos relatos, no conflito de gerações, nas histórias de vidas, nos desafios e dificuldades que se enfrenta cotidianamente. Educadores(as) devem estar prontos para garantir uma educação pluriétnica, que promova a igualdade racial, em um diálogo constante e contínuo com o fazer pedagógico durante o ano letivo, e não em ações pontuais, em datas como o 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra (Silva, 2017).

A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) estabelece um diálogo com a EJAI, na medida que “os desafios para reconstruir as escolas, os currículos e a docência assumem a riqueza da diversidade de culturas, valores, saberes e identidades dos sujeitos da ação educativa” (Arroyo, 2010, p. 112). É nesse movimento de assumir que a diversidade está dentro da escola que as ações educativas passam a ser legitimadas. É um investimento na pedagogia multirracial (Arroyo, 2010), trazendo para o cotidiano escolar a diversidade de autores, livros literários, recursos audiovisuais que tragam a representatividade negra para as aulas. Possibilitando para os(as) estudantes da EJAI o reconhecimento de suas histórias e raízes.

Arroyo (2010, p. 113) afirma que o “diálogo tem privilegiado estratégias de combate ao racismo na sociedade e no sistema através de ações educativas”. Fortalecer estas ações educativas é um caminho a ser consolidado, para que jovens, adultos e idosos se sintam parte integrante de um projeto de educação que reconheça e valorize a História Africana, Afro-brasileira e Indígena, desconstruindo acima de tudo o mito da democracia racial.

O mito da democracia racial ressalta a narrativa de uma convivência harmoniosa. Munanga (2004, p. 89) destaca que essa narrativa seria responsável por “dissimular as desigualdades, impedindo os membros de comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão”. Ou seja, com narrativas que criam histórias únicas cobertas dos conflitos raciais com o discurso de que “somos todos iguais”, “eles são praticamente da família”, que “no Brasil não existe racismo”. Com base nesse discurso que práticas racistas foram se perpetuando dentro e fora da sala de aula.

Durante os relatos de experiências e reflexões sobre a ERER e o diálogo com a EJAI,

professores e professoras relataram que quando os componentes curriculares são vivenciados a partir das contações de histórias, trazendo autores(as) negros(as) e indígenas, os(as) estudantes se apropriam de outras visões de mundo e se identificam com histórias que também fazem parte de suas memórias.

O planejamento das ações pedagógicas deve ser realizado consoante a realidade de cada turma, é necessário uma educação em que as africanidades sejam pauta para que os estudantes possam ter contato com conteúdos como: a História Africana, Afro-brasileira e Indígena seja parte integrante das atividades realizadas, não sendo fruto do “improvisado”, como destaca Silva (2017). A preparação das aulas dos(as) professores(as) é essencial, bem como a escola também deve estar preparada. A ERER deve ser uma ação do Projeto Político Pedagógico. Assim, nada será improvisado ou realizado esporadicamente, ou em datas históricas pontuais, como no 13 de maio, dia da assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel.

Refletir sobre o exercício profissional é fundamental, pois, somos todos(as) convocados(as) a participar de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais. Porém, estamos todos(as) preparados para oferecer ao público da EJAI um debate qualificado, com respeito às diferenças? Esta é uma questão que deve ser constante pauta das reflexões de professores(as). Se não for realizado esse tipo de debate, continua-se com uma escola que será apenas espaço para reproduzir práticas racistas, perpetuando a desigualdade racial (Arroyo, 2010; Gomes, 2010).

A Reeducação para as Relações Étnico-Raciais tem sido uma demanda levantada há décadas e com a implementação da Lei 10.639/03, que já perdura mais de 20 anos, esse debate ganhou mais fôlego. A Lei ajudou a tornar real algumas ações na ERER e contribuiu também para que professores(as) fizessem indagações sobre suas práticas pedagógicas. Será que existe sensibilidade para a diversidade na EJAI? Responder a essa questão é pensar na prática pedagógica, é considerar a realidade desse público, entrar em contato com histórias e conhecimentos outrora negados, não presentes no ambiente escolar.

O diálogo entre ERER e EJAI é uma aposta para fomentar uma educação emancipatória, solidária, respeitando a diversidade. É preciso reinventar, repensar currículos e práticas pedagógicas que atendam as especificidades do público da EJAI (Passos, 2018; Silva, 2017; Freire, 2009).

A Pedagogia Multirracial: um caminho para fortalecer o diálogo antirracista na Educação de Jovens, Adultos e Idosos

Fortalecer a Educação de Jovens, Adultos e Idosos é um compromisso assumido pelo Estado, que precisa ser garantido, pois está presente na Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) e, como destaca Cavalcante (2019), reafirmada por um Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014). Em um mundo cujo imediatismo das informações e da tecnologia se faz presente no cotidiano de grande parte da sociedade, estados e municípios precisam assegurar a esses jovens, adultos e idosos o direito de estar na escola, de estar em contato com saberes, experiências para ampliar oportunidades e consolidar aprendizagens que garantam o respeito a suas histórias. Conforme a LDB 9394/96, Art. 37 §1º;

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (Brasil, 1996).

Assegurar e garantir o acesso à educação deve ser prioridade, uma luta que, segundo Cavalcante (2019), só será vencida quando o debate sobre a subalternização da Educação de Jovens, Adultos e Idosos for o centro das discussões. A história e luta dessa modalidade de ensino é permeada pela descontinuidade, as políticas educacionais da EJAI avançam e recuam, são políticas que dançam segundo a música dos governos e municípios.

Cavalcante (2019) reitera que a configuração e (in)visibilidade que é destinada a EJAI caracteriza-se pelo silenciamento acompanhado de práticas racistas. Descolonizar e desconstruir práticas pedagógicas que discriminam e segregam não é fácil, porém, é uma ação urgente a ser efetivada, pois estudantes da EJAI continuam a ser esquecidos. As reflexões sobre a diversidade étnico-racial na escola não pode ser invisibilizada.

Portanto, a Educação de Jovens, Adultos e Idosos pautada no diálogo com a Educação para as Relações Étnico-Raciais deve ser promovida no âmbito de uma pedagogia multirracial, implementando a Lei 10.639/03, e rompendo com o silenciamento que ainda paira sobre a história da África e seus povos, assim como dos povos indígenas também.

A pedagogia multirracial, segundo Santos (2020, p. 123) “é uma pedagogia que se opõe ao colonialismo e a colonialidade que continuam reafirmando a desumanidade de negros e

índigenas”. Sendo assim, colocar dentro da escola práticas que reafirmam uma Educação para as Relações Étnico-Raciais é dar visibilidade e força para reafirmar vivências, memórias e histórias. É dar aos estudantes a possibilidade de interagir com saberes ancestrais. Construir um diálogo para além da escola, é elaborar novos conhecimentos que surgem de experiências narradas, transmitidas por aqueles(as) que estiveram aqui antes de nós (Freire, 2005; Santos, 2020).

O que fazer para que a dimensão racial seja parte das práticas, das atividades dentro da escola em um cenário que acolha a diversidade étnico-racial dentro de uma perspectiva que traga para a sala de aula um olhar ampliado sobre a negritude, indo além dos conteúdos voltados para o racismo e a escravidão, é preciso levar para o debate a negritude presentes em outros campos, como a tecnologia, as ciências, a música, a literatura. Dentro deste contexto a pedagogia multirracial “exige um repensar sobre os valores, crenças e culturas consideradas como verdades” (Passos, 2004, p. 04). Esses valores e histórias precisam ser contestadas, a concepção colonialista deve ser rompida com um fazer pedagógico pluricultural.

Gomes (2005, p. 97) afirma que “o universalismo de algumas práticas educativas terminam por não atingir a realidade específica dos negros em tempos de exclusão e nem de compreender o que significa ser jovem, adulto e idoso negro(a)”. Portanto trabalhar a perspectiva de articular as práticas educativas com a educação étnico-racial, trazendo as histórias que estão na matriz cultural que compõem a sociedade brasileira é fomentar uma educação antirracista.

Ativar as discussões e assegurar que o debate seja ampliado, despertando o diálogo com uma pedagogia multirracial, sendo base para que educadores(as) coloquem em suas salas de aula da EJAI oportunidades de aprendizagens com os(as) educandos(as) revelando suas narrativas, corporificando uma educação em que a busca pelo conhecimento se faz sem rigidez, com movimentos coletivos, existindo e resistindo à opressão e exclusão (Freire, 2005;2002).

Ao analisar os relatos das práticas pedagógicas dos(as) professores(as) da EJAI de uma escola da Rede Municipal de Ensino do Recife, percebe-se que o caminho em construção se caracteriza por uma pedagogia multirracial, no qual educadores(as) apresentam aos estudantes oportunidades para aprenderem com a diversidade presente dentro da escola.

Uma das práticas educativas vivenciadas na escola foi uma oficina com jogos de

tabuleiros africanos. O trabalho conjunto entre os professores(as) de Língua Portuguesa, História, Geografia e Matemática proporcionaram aos(as) estudantes momentos de identificação, resgate e conhecimento da história e cultura de alguns países africanos. Foi a quebra da história eurocêntrica, os(as) estudantes ampliaram os horizontes sobre pontos de vistas até então não conhecidos para eles e elas, pois o momento de confeccionar os jogos, conhecer a história e geografia dos países africanos ajudou na quebra da visão preconceituosa e estereotipada que ainda se perpetua sobre o continente Africano (Jesus, 2019).

Um dos jogos utilizados foi o Borboleta de Moçambique. Conhecer a história de Moçambique, aprender a partir da ludicidade e para os(as) estudantes negros(as) perceber a contribuição dos povos africanos com as ciências é sair do fatalismo dos conteúdos sobre escravidão e racismo (Jesus, 2019). Na escola citada as atividades são realizadas durante todo o ano letivo, de forma presencial e *online* também. Recursos como jogos, músicas, poesias, são ferramentas presentes nas aulas de História, Língua Portuguesa, Geografia e Matemática.

Portanto, pensar e efetivar práticas em que uma educação antirracista seja pauta do cotidiano escolar é urgente e necessária. O investimento no diálogo antirracista deve ser permanente, pois como afirma Munanga (2000), os(as) estudantes negros(as) fazem parte das estatísticas de evasão, repetência e fracasso. Essa realidade necessita ser modificada, é preciso romper com a opressão e exclusão que ainda são visíveis na Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Um caminho a seguir é a formação desses profissionais, é a implementação da Lei 10.639/03.

Dos 15 professores(as) que participaram da pesquisa 93,3% dizem conhecer a Lei 10.639/03, porém o conhecimento da lei não tem garantido que esta temática seja trabalhada por todos(as). Não é só trabalhar a Lei, ou trazer para o currículo a temática, é dar para essas narrativas um significado, é colocar em prática experiências. Para Mabel Freitas (2023, p. 32) “urge promover a Educação Antirracista em cada componente curricular para (re)conhecer, respeitar e valorizar a capacidade intelectual negra”. Portanto é no diálogo entre os componentes curriculares que as experiências podem ser vividas e experienciadas.

O(a) professor(a) da EJAI nas aulas de Artes, pode usar como estratégia pedagógica o Teatro Negro brasileiro, nas aulas de Matemática os jogos africanos, a História e a Geografia contadas a partir da ancestralidade, mostrar os personagens e os fatos que os livros de história

não contam. Levar para a sala de aula experiências que valorizem as histórias daquele(a) estudante que não se sente representando nas propostas que o livro didático ou o currículo proporciona (Freitas, 2023).

Uma das ações propostas pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (PNIDCNERER) consiste na implementação de “ações de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didáticos pedagógicos”, (PNIDCNERER, 2009, p. 55). Consequentemente, umas das preocupações dos professores(as) da EJAÍ ainda é com a aquisição desses materiais didáticos pedagógicos. Investimento em materiais que respeitem, valorizem e promovam a diversidade, tem sido realizado, porém a visibilidade e a distribuição desses materiais ainda é pequena.

Rosa Margarida de Carvalho Rocha (2018) em seu texto “As dimensões do ensinar e do aprender na perspectiva das africanidades brasileiras-que história é essa?” possibilita que muitas reflexões sejam estabelecidas, entre essas, ela chama a atenção para os referenciais presentes nos materiais didáticos pedagógicos, que, segundo a mesma, é fundamental ser visibilizado de forma positiva elementos de matriz africana, pois o “povo brasileiro é herdeiro biológico e cultural dessa matriz” (Rocha, 2018, p. 05). Ao vivenciar na EJAÍ a ERER, educadores(as) abrem caminhos e solidificam as estradas para um propósito maior, que é uma escola de qualidade, em que as experiências e socializações são compostas pela diversidade sociocultural.

Nos encontros reflexivos, em um que foi tratado sobre o fortalecimento e implementação de uma educação antirracista na EJAÍ, o grupo de professores(as) colocou em debate as ações e o conhecimento que possui sobre o tema, levantou dificuldades e socializou ideias que estão surtindo efeitos positivos, em suas salas de aula.

Depois de uma conversa em uma das formações, debatemos sobre a importância de levar para a sala de aula outras histórias, apresentei aos meus estudantes trechos do livro “Quarto de despejo: Diário de uma favelada” de Maria Carolina de Jesus. Já tinha vontade de levar para a sala esse livro, depois da conversa com os colegas na formação, pensei em convidar os estudantes a escreverem um diário, contando suas histórias, narrando os desafios de voltarem a estudar. Muitas histórias foram contadas, muitos pela primeira vez sentiram-se representados a partir das reflexões de Carolina de Jesus e outros autores que levei para sala (Relato de uma professora de História no encontro

reflexivo, em novembro de 2023).

A interface das questões étnico-raciais com a EJAI pode ser observada em trabalhos que estão comprometidos com uma práxis libertadora, na qual docentes se sentem fortalecidos para romper com preconceitos. Freire (2006, p. 60) ressalta que “qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever”. Relatos como o da professora confirmam o quanto essa luta pode ser vitoriosa quando tomamos como obrigação fomentar uma pedagogia multirracial, dialogando com os pares, encorajando um fazer pedagógico libertador.

Porém, foi forte o discurso do grupo em relação a temas que persistem em ser obstáculos para a consolidação da Educação para as Relações Étnico-Raciais como ação contínua dentro da escola. O grupo destacou as resistências racistas que seguem presentes, por exemplo, quando são abordadas as questões sobre a cultura africana, afro-brasileira e indígena.

Ao levar para a sala de aula as poesias de Conceição Evaristo e propor uma reflexão para conversar com a turma sobre o mês da consciência negra, ouvi de alguns estudantes: somos todos seres humanos, um mês da consciência negra, não somos todos iguais, professor? Lá vem o senhor professor falar sobre essas coisas, o senhor devia estar ensinando a gente a ler e escrever (Relato de um professor de História da EJAI, no encontro reflexivo, em junho de 2023).

São relatos como estes, que transparecem o quanto ainda é longo o caminho a ser percorrido, o quanto ainda professores e professoras necessitam de apoio para fundamentar suas práticas pedagógicas, para levar aos estudantes momentos de aprendizagem enfrentando o racismo com bases sólidas em uma pedagogia multirracial. O que só será possível estudando e problematizando o conteúdo, os fatos e dados da história afro-brasileira.

O diálogo com uma educação antirracista na EJAI é uma práxis, que implica a ação e reflexão dos(as) educadores(as) e educandos(as) sobre uma escola que ainda se pauta em uma educação eurocentrada, no entanto, o caminho para uma educação antirracista vai ser materializada com a compreensão das ideias, das práticas pedagógicas e com a libertação das amarras do discurso dominante (Freire, 2005; Gomes, 2010).

Os(as) estudantes da EJAI estão em busca, consciente ou não, do aprender a ler, escrever, calcular e, sobretudo, a pensar, compreender e melhorar a própria vida. Voltam à

escola para serem alfabetizados para a leitura do mundo. No entanto, a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, no Brasil, continua na perspectiva do alfabetizar a ler palavras, que, quando não problematizadas, vão automaticamente reproduzindo a dinâmica da lógica dominante em que estão colocadas.

Para grande parte das turmas da EJAI, a prática tradicional, bancária, a qual Freire (2005, p. 66) se referia como “educação como um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” ainda é uma realidade, cristalizando uma prática com base na memorização mecânica de conteúdos. Essa forma tradicional de ensinar, muitas vezes, é o motivo dos estudantes se afastarem da escola, pois não encontram significado para estar na sala de aula, no turno da noite, depois de um dia de trabalho, de afazeres domésticos, e não ter seus anseios e desejos atendidos, tornando a escola um lugar maçante e sem significado.

Considerações

Uma educação voltada para atender as necessidades de jovens, adultos e idosos em uma perspectiva pluriétnica, não tem um só caminho a ser seguido, mais vários caminhos. São caminhos trilhados no coletivo, com desdobramentos para combater o racismo. Uma caminhada a ser realizada a muitas mãos, com a diversidade de ideias e reflexões que devem trazer para a sala de aula os questionamentos, as problematizações para que juntos educadores(as) e educandos(as) desconstruam preconceitos e firmem uma educação libertadora, na essência de permitir o diálogo entre a Educação de Jovens, Adultos e Idosos e a Educação para as Relações Étnico-Raciais, ensejando ao público da EJAI a liberdade para fazer suas escolhas, para desvelar o mundo, fazer uma leitura do que desejam aprender e do que é significativo para suas vidas enquanto estiverem na escola.

Pautar a prática pedagógica na liberdade não é deixar de apresentar aos estudantes os conteúdos curriculares, ou não permitir que esse currículo possa ser pautado na diversidade, uma educação em que a liberdade solidifica um aprendizado autônomo é a proposta daqueles(as) educadores(as) que fazem a diferença ao levarem para a sala de aula a diversidade presente na literatura, nos filmes, nas músicas, nas histórias que não estão presentes nos livros didáticos, mas fazem parte das narrativas daqueles(as) que estão representados dentro das salas de aula da EJAI.

Essa representatividade é importante, é o caminho para diminuir os abismos, romper as fronteiras, pois parte do que é ensinado precisa transformar a vida desses(as) estudantes, mostrar a importância de conhecer a história, as potencialidades do povo negro é um projeto que fortalece as diferentes histórias que devem ser contadas pelos(as) estudantes e não para os(as) mesmos(as).

Referências

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA); **entrevista com Ana Lúcia Sarmento Henrique (IFRN)**. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/anped-toma-posse-em-comissao-nacional-de-alfabetizacao-e-educacao-de-jovens-e-adultos-cnaeja> Acesso em 05 de janeiro de 2023.

ANDRÉ, A. P; ANDRADE, A. L. P. Formação de professores – a EJA e suas especificidades. Ministério da Educação – Brasil Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, Minas Gerais. Brasil. **Revista Vozes dos Vales**. Nº 21 – Ano XI – 05/2022.

ARROYO, M. G. A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. IN: **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Org. Nilma Lino Gomes. Coleção Cultura Negra e Identidades. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2010.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECADI/MEC, out. 2005.

BRASIL. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB. 9394/1996**. Brasil, 1996.

BRASIL. **Parecer Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos** Despacho do Ministro em 7/6/2000, publicado no Diário Oficial da União de 9/6/2000, Seção 1e, p. 15.

BRASÍLIA. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, Brasília: SECAD; SEPPPIR, junho, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021.** Brasília, DF: Inep, 2021.

CARREIRA, D. Gênero e Raça: a EJA como política de ação afirmativa. In: **A EJA em xeque Desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI.** Ação Educativa, 2014. Global Editora, São Paulo, 2014.

CAVALCANTE, J. Educação de jovens e adultos na ordem pós-democrática: desaparecimento da modalidade e invisibilidade institucional. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.17, n.3, p. 1123-1143 jul./set. 2019 e-ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta.** 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, M. S. O protagonismo cênico-pedagógico antirracista do Teatro Negro brasileiro. In: **Educação antirracista.** Organização de Mabel Freitas. Salvador: Assembleia Legislativa, 2023.

FEITOSA, S. C. S. **Das grades às matrizes curriculares participativas na EJA: os sujeitos na formulação da mandala curricular.** Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2012.

GOMES, N. L; SILVA, P. B. G. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GOMES, N. L. (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 87-104.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial como direito à educação: a lei n. 10.639/03 no contexto das lutas políticas da população negra no Brasil. In: DALBEN, Ângela; DINIZ, Júlio; LEAL, Leiva; SANTOS, Lucíola (Org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. XV ENDIPE. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 693-712.**

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: Apresentação na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e problemas da população negra no Brasil”. IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 29

a 31 de outubro 1980. **Anais**[...]. Rio de Janeiro, RJ, 1980. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4130749/mod_resource/content/1/Gonzalez.Lelia%2081983-original%29.Racismo%20e%20sexismo%20na%20cultura%20brasileira_1983.pdf

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. Editoriais: Estatísticas Sociais. Brasília, 2023. Disponível em:
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 20 dez, 2023.

JESUS, A. B. B. **Jogos africanos: dando significado e auxiliando no ensino da Matemática**. Salvador, 2019. Dissertação. Mestrado Profissional em Matemática - PROFMAT do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal da Bahia.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

MUNANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: 2a edição, Ministério da Educação / Secretaria de Ensino Fundamental, 2000.

PASSOS, J. C. D.; SANTOS, C. S. D. A educação das relações étnico-raciais na EJA: entre as potencialidades e os desafios da prática pedagógica. **Educação em Revista**, v. 34, p. e192251, 2018.

PASSOS, Joana Célia dos. A formação de professores para uma pedagogia multirracial e popular: uma proposta do Núcleo de Estudos Negros para a superação do racismo na escola brasileira. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais** [...]. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2004. Disponível em:
<https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/JoanaCeliadosPassos.pdf>. Acesso em: 21 de abril de 2023.

PINTO, J. M. R. As Esperanças Perdidas da Educação de Jovens e Adultos com o Fundeb. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 11, n. 14, 2021.

PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

ROCHA, R. M. C. As dimensões do ensinar e do aprender na perspectiva das africanidades brasileiras-que história é essa? In: COPENE - CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS, 10, 2018. (RE) EXISTÊNCIA INTELECTUAL NEGRA E ANCESTRAL: 18 ANOS DE ENFRENTAMENTO. Uberlândia, MG. 12 a 18 de outubro de 2018. **Anais** [...]. Uberlândia, MG, 2018. Disponível em:

<https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares>

SANTOS, G. R. **Fundamentos filosóficos da pedagogia multirracial: propostas dos movimentos negros do Rio de Janeiro e Santa Catarina (1980-2000)**. Tese(Doutorado). Universidade 09 de julho. UNINOVE, São Paulo, 2020.

SILVA, N. N. Educação de Jovens e adultos e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, **Crítica Educativa**, Sorocaba-SP, v. 3, n. 3, p. 200-213, ago./dez. 2017.

SILVA, N. N. **Juventude Negra na EJA: o direito à diferença**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

SILVA, N. N. Educação Popular Negra: breves notas de um conceito. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 11, n. 00, p. e020033, 2020. DOI: 10.22294/eduperppgeufv.v11i00.8488. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/8488>. Acesso em: 21 abr. 2023.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan. 2009.

VASCONCELOS, C. dos. **Disciplina: constituição da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. 15^o Ed. São Paulo: Libertad Editora, 2004.

Submissão em: 24/09/2024

Aceite em: 28/04/2026

Referencias conformas
normas da:
 ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE NORMAS
TÉCNICAS